

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SUELLEN MACHADO RABELO

**A VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DO
COVID-19**

GOVERNADOR VALADARES

2025

SUELLEN MACHADO RABELO

**A VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DO
COVID-19**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Juiz de Fora, Campus Governador
Valadares.
Orientador: Nayara Peneda Tozei

GOVERNADOR VALADARES

2025

Machado Rabelo , Suellen.

A VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DURANTE A
PANDEMIA DO COVID-19 / Suellen Machado Rabelo . – 2025.
42 f. : il.

Orientadora: Nayara Peneda Tozei
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador
Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2025.

1. Cesta básica. 2. Custos. 3. Crise sanitária . 4. Ciências
econômicas . I. Peneda Tozei, Nayara , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
ECO013GV MONOGRAFIA II
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 14 horas e 30 minutos do dia 06 de março de 2025, por webconferência, foi instalada a banca do exame de Trabalho de Conclusão de Curso para julgamento do trabalho desenvolvido pela discente Suellen Machado Rabelo, matriculada no curso de bacharelado em Ciências Econômicas. A profa. Nayara Peneda Tozei, orientadora e presidente da banca julgadora, abriu a sessão apresentando a profa. examinadora Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira.

Após a arguição e avaliação do material apresentado, relativo ao trabalho intitulado: A VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada considerando a discente:

- Aprovada
- Aprovada com correções
- Reprovada

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada pelos presentes.

Governador Valadares, 06 de março de 2025

Orientador(a)
Membro da Banca
Aluno (a)



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Peneda Tozei, Professor(a)**, em 06/03/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Rodrigues Correa Ferreira, Professor(a)**, em 06/03/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suellen Machado Rabelo, Usuário Externo**, em 06/03/2025, às 22:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2277334 e o código CRC EAECBCEB.

RESUMO

Durante a pandemia de COVID-19, a variação nos preços da cesta básica refletiu os impactos econômicos da crise no Brasil. Este estudo teve como objetivo geral comparar os impactos da pandemia no preço da cesta básica nas cidades de Viçosa e Montes Claros, analisando as variações de custos em diferentes períodos e contextos regionais. A pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa e documental, baseando-se em dados do DIEESE, Unimontes e UFV, que incluíram as variações percentuais de preços antes, durante e após os períodos mais críticos da pandemia, com foco no Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Os resultados revelaram diferenças significativas nos preços da cesta básica entre os municípios analisados, reflexo das características econômicas e geográficas de cada região. Viçosa, situada na Zona da Mata Mineira, apresentou maior sensibilidade a fatores sazonais e uma recuperação econômica mais lenta. Em contraste, Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, mostrou maior resiliência devido à sua diversificação econômica e integração com mercados regionais. Ambos os municípios possuem IDH alto e PIBs per capita próximos, permitindo uma análise equilibrada dos impactos econômicos da pandemia. A pesquisa identificou que as diferenças nas cadeias de suprimentos, na sazonalidade de produtos agrícolas e nas políticas locais foram determinantes para as variações de preços. Durante a pandemia, aumentos expressivos em itens como feijão carioca, batata inglesa e leite longa vida evidenciaram os choques de oferta e demanda, agravados pela interrupção logística e pelo aumento da demanda durante os períodos de isolamento social. Essas conclusões destacam a importância de políticas públicas para mitigar desigualdades regionais e econômicas, especialmente em momentos de crise. A análise contribui para compreender as complexidades econômicas e regionais do Brasil e pode subsidiar estratégias de enfrentamento em futuras emergências.

Palavras-chave: Cesta Básica. Custos. Crise Sanitária. Ciências Econômicas.

ABSTRACT

During the COVID-19 pandemic, the variation in the prices of basic food baskets reflected the economic impacts of the crisis in Brazil. The general objective of this study was to compare the impacts of the pandemic on the price of basic food baskets in the cities of Viçosa and Montes Claros, analyzing cost variations in different periods and regional contexts. The research used a qualitative and documentary methodology, based on data from DIEESE, Unimontes and UFV, which included the percentage variations in prices before, during and after the most critical periods of the pandemic, focusing on the Consumer Price Index (CPI). The results revealed significant differences in the prices of basic food baskets among the municipalities analyzed, reflecting the economic and geographic characteristics of each region. Viçosa, located in the Zona da Mata Mineira, showed greater sensitivity to seasonal factors and a slower economic recovery. In contrast, Montes Claros, in the North of Minas Gerais, showed greater resilience due to its economic diversification and integration with regional markets. Both municipalities have a high HDI and similar GDPs per capita, allowing a balanced analysis of the economic impacts of the pandemic. The research found that differences in supply chains, seasonality of agricultural products, and local policies were key factors in price variations. During the pandemic, significant increases in items such as carioca beans, potatoes, and long-life milk highlighted supply and demand shocks, which were exacerbated by logistical disruptions and increased demand during periods of social isolation. These findings highlight the importance of public policies to mitigate regional and economic inequalities, especially in times of crisis. The analysis contributes to understanding Brazil's economic and regional complexities and can support strategies for dealing with future emergencies.

Keywords: Basic Food Package. Costs. Health Crisis. Economic Sciences.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variações acumuladas do IPC - período pré-crítico	25
Gráfico 2 – Variações acumuladas do IPC - período crítico	27
Gráfico 3 – Variações acumuladas do IPC - período pós-crítico	28
Gráfico 4 – Variações da cesta básica Viçosa x Montes Claros – período pós- crítico - 2021	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variações percentuais estimadas nos preços dos alimentos antes e no início da pandemia	19
Tabela 2 – Custos estimados nos preços dos alimentos – pré-pandemia	20
Tabela 3 – Variações estimadas nos preços dos alimentos – pré-pandemia	21
Tabela 4 – Custos estimados nos preços dos alimentos – março a dezembro/2020	22
Tabela 5 – Variações estimadas nos preços dos alimentos – março a dezembro/2020	22
Tabela 6 – Custos estimados nos preços dos alimentos – período pós-crítico – jan-dez. 2021	23
Tabela 7– Variações nos preços dos alimentos – período pós-crítico	23
Tabela 8 – Variações no IPC – período pré-crítico – Viçosa (VIÇ) e Montes Claros (MC)	24
Tabela 9 – Variações no IPC – período crítico – Viçosa e Montes Claros – Mar/dez. 2020	26
Tabela 10 – Variações no IPC – período pós-crítico – Viçosa e Montes Claros – jan./dez. 2021	28
Tabela 11 – Custo da Cesta Básica – período pré-crítico	29
Tabela 12 – Custo da Cesta Básica – período crítico - 2020	29
Tabela 13 – Custo da Cesta Básica – período pós-crítico - 2021	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CHOQUES MACROECONÔMICOS E A PANDEMIA DE COVID-19	12
2.1 IMPACTOS NO BRASIL	13
2.1.1 Impactos no mercado de trabalho	14
2.1.2 Impactos no setor agrícola e no consumo de alimentos	15
3 MÉTODOS E FONTES DE DADOS	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1 ASPECTOS QUANTITATIVOS: DADOS NACIONAIS	19
4.2 ANÁLISE DO IPC E CESTA BÁSICA NO CONTEXTO DE PANDEMIA: COMPARAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE VIÇOSA E MONTES CLAROS	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, que teve início em 2020, foi um evento global de grande impacto econômico, social e político. Medidas de isolamento foram adotadas para conter a disseminação do vírus e, assim, empresas foram forçadas a fechar ou reduzir suas operações e a demanda por bens e serviços caiu, em função da perda de empregos e da insegurança financeira (Fiocruz, 2021).

De um lado, muitas empresas deixaram de produzir, causando um choque de oferta. De outro, muitas pessoas ficaram mais em casa, em razão das regras de isolamento, e muitas também perderam seus empregos, reduzindo o consumo, especialmente de serviços, causando um choque de demanda (Oliveira, 2020).

A redução dos níveis de produção em diversos setores trouxe impactos sociais que se relacionaram à oferta de alimentos, uma vez que a produção rural é importante para a segurança alimentar do país e ela também foi afetada. Em resposta, o governo adotou medidas emergenciais, como a compra de alimentos que foram destinados à merenda escolar, e o pagamento do auxílio emergencial (Silva; Caetano, 2022). Nesse contexto, importa compreender o significado do conceito de segurança alimentar, que conforme Vasconcellos e Moura (2018), envolve garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades básicas.

A pandemia de Covid-19 agravou a insegurança alimentar no Brasil, afetando tanto a comercialização de alimentos quanto a renda das famílias agricultoras, especialmente devido ao isolamento social, que impediu atividades essenciais como feiras livres. Ao mesmo tempo, muitos trabalhadores formais sofreram cortes nos rendimentos, aumentando o desemprego e, conseqüentemente, a fome no país. Além disso, o impacto econômico das medidas sanitárias comprometeu a saúde financeira de diversas empresas, resultando em reduções salariais, diminuição da jornada de trabalho, suspensão de contratos e demissões, afetando principalmente os empregados (Pinho et al., 2020).

Diante disso, Ribeiro-Silva et al. (2020) afirmam que se torna essencial compreender a gravidade da situação e promover ações governamentais coordenadas nos âmbitos federal, estadual e municipal para garantir o acesso à alimentação adequada, minimizando os impactos da pandemia na saúde e nutrição da população vulnerável.

Os auxílios determinados pelo Governo, porém, não impediram os impactos sobre os preços. No acumulado de agosto de 2020, a inflação para famílias mais pobres foi de 1,50%, enquanto a inflação para famílias mais ricas foi de apenas 0,07%. Isso significa que os preços dos produtos e serviços básicos subiram mais para as famílias mais pobres, que gastam uma parte maior de sua renda com esses itens (SMABC, 2020).

Em setembro de 2020, os preços da cesta básica subiram em todas as 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos (Dieese, 2023). Ao longo do ano, apenas Brasília não teve aumento. No acumulado em 12 meses, o aumento foi generalizado (SMABC, 2020), agravando o impacto no orçamento das famílias brasileiras, especialmente nas classes de menor poder aquisitivo.

Muitas famílias tiveram que reduzir seus gastos com outros itens essenciais, como moradia, educação e saúde, para poder comprar alimentos e produtos básicos. Conforme a FGV (2020), observando o período do início da pandemia, no Brasil, o coronavírus contribuiu para que ocorresse o aumento de 1,8% nos preços da cesta básica. No mês de julho de 2021, diversos jornais noticiaram a formação de filas em frente a açougues, compostas por famílias de trabalhadores que aguardavam para receber doações de ossos de animais que seriam descartados (De Sordi, 2023, p. 14).

Nesse contexto, estudar a variação nos preços de alimentos durante a pandemia é relevante para avaliar os efeitos de crises econômicas sobre a população e pode auxiliar na elaboração de propostas de ações voltadas à minimização dos efeitos dessas ocorrências. O objetivo deste trabalho é analisar as variações de preços ao consumidor e preços da cesta básica no Brasil durante o período de pandemia. Para isso, foram usados dados de índices de preços e de valores de cestas básicas das cidades mineiras de Viçosa e Montes Claros, coletados pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos (Dieese, 2023), pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes, 2024) e pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2024). Foram feitas análises descritivas, utilizando a comparação entre estatísticas Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e cesta básica das duas cidades, de setembro de 2019 a dezembro de 2021.

Segundo Ribeiro-Silva et al. (2020), a pandemia de COVID-19 no Brasil evidenciou ainda mais as desigualdades sociais existentes, reacendendo debates sobre segurança alimentar e nutricional, como ocorreu em outros países afetados.

Assim, a hipótese deste trabalho é de que a variação dos custos da cesta básica pode sofrer influência de aspectos regionais, com as particularidades econômicas locais. Nesse contexto, os aspectos logísticos e produtivos desempenham um papel significativo. Assim, sugere-se que as localidades reagiram de modo diferente às restrições do confinamento e ao aumento na procura por alimentos.

2 CHOQUES MACROECONÔMICOS E A PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de COVID-19 foi um choque macroeconômico que afetou todas as regiões do mundo. Os choques macroeconômicos são eventos ou mudanças inesperadas que afetam a economia de um país ou região. No caso da pandemia, houve tanto os choques de oferta quanto de demanda.

Um choque de oferta é um evento repentino que aumenta ou diminui a oferta agregada de bens ou serviços, ou seja, uma mudança abrupta na capacidade de produção. Pode ser causado por fatores como desastres naturais, mudanças tecnológicas ou mudanças na regulamentação (Terra, 2014). Um choque positivo aumenta a oferta agregada e pode resultar em queda nos preços, aumento do crescimento econômico e queda na taxa de desemprego. Um choque negativo diminui a oferta agregada e pode levar a aumento nos preços, desaceleração do crescimento econômico e aumento na taxa de desemprego.

Por outro lado, os choques de demanda ocorrem quando há uma mudança na demanda agregada por bens e serviços. Eles podem ser causados por fatores como mudanças na confiança dos consumidores, na política fiscal ou na política monetária (Carrara; Barros, 2019). Um choque positivo aumenta a demanda agregada e pode levar a um aumento do crescimento econômico, da inflação e do emprego. Um choque negativo, como o ocorrido durante a pandemia, diminui a demanda agregada e pode levar a uma retração econômica (Terra, 2014).

Choques de oferta podem causar aumento nos preços de bens e serviços relacionados, como alimentos e energia. No entanto, esses aumentos geralmente são compensados por reduções nos preços de outros bens e serviços, que se tornam relativamente mais baratos. Como resultado, no curto prazo, o impacto geral de um choque de oferta sobre a inflação tende a ser limitado. No longo prazo, porém, os choques podem levar a mudanças nas expectativas de inflação. Se os consumidores e as empresas esperam que os preços continuem a aumentar, eles podem começar a exigir aumentos de salários e preços, o que pode aumentar a inflação de forma significativa (Rosengren, 2011).

Para mitigar o impacto dos choques, os governos e os bancos centrais podem adotar, por exemplo, medidas fiscais, como aumento ou redução dos gastos públicos, ou medidas monetárias, como aumento ou redução da taxa de juros. Por exemplo, um aumento nos preços das commodities pode levar a um aumento da taxa de juros, o

que pode reduzir a demanda por bens e serviços e, conseqüentemente, a inflação. Assim, choques de demanda podem ser causados por mudanças não antecipadas na política monetária ou fiscal, ou por eventos externos, como mudanças no consumo, no investimento, nas exportações ou nos preços de commodities (Carrara; Barros, 2019).

2.1 IMPACTOS NO BRASIL

No Brasil, a pandemia interrompeu atividades econômicas e reduziu a demanda por produtos e serviços. Do lado da oferta, as restrições de mobilidade impostas pelos governos e decisões pessoais dos trabalhadores resultaram na diminuição na oferta de mão de obra e no volume de produção (Soyres; Santacreu; Young, 2022). O Produto Interno Bruto (PIB) do país caiu 4,3% em 2020, o pior resultado desde 1990. Até junho de 2020, 716.372 empresas fecharam, sendo 99,8% delas de menor porte, resultando em perdas significativas de capital (IBGE, 2021). O estoque de capital dessas empresas era de R\$ 240 bilhões em dezembro de 2018 e, na primeira onda da pandemia, as micro e pequenas empresas perderam entre R\$ 9,1 bilhões e R\$ 24,1 bilhões, com os setores mais afetados sendo os de comércio e serviços, como turismo, transporte aéreo, comércio de vestuário, bares, restaurantes e empresas de estacionamento (IPEA, 2023).

Para tentar atenuar os efeitos da pandemia, o governo brasileiro implementou medidas como redução das taxas de juros e o aumento dos gastos públicos. Em economias avançadas, onde os dados permitem analisar despesas reais de consumo entre bens e serviços separadamente, o consumo de serviços caiu drasticamente e depois começou a recuperar lentamente, à medida que as políticas de contenção eram facilitadas e as vacinas eram amplamente disponibilizadas (Soyres; Santacreu; Young, 2022).

No Brasil, no entanto, a incerteza em relação à pandemia continuou mesmo com as políticas de mitigação. As previsões econômicas foram frequentemente revisadas à luz de novas informações, o que dificultou a tomada de decisões por empresas e famílias. Como resultado, as decisões de emprego das empresas foram afetadas, tanto pela menor demanda por bens e serviços quanto pela incerteza sobre o futuro. As famílias também foram afetadas, tanto pela redução da renda quanto pela maior incerteza sobre o mercado de trabalho (Silva; Caetano, 2022). Do lado da

procura, as restrições de saúde pública e a elevada incerteza das condições econômicas e sanitárias contribuíram para a grande diminuição do consumo real total no início da pandemia (Soyres; Santacreu; Young, 2022).

2.1.1 Impactos no mercado de trabalho

Houve também impacto no mercado de trabalho. A renda de autônomos, empreendedores e trabalhadores informais foi reduzida em mais de 60%. O rendimento médio do trabalhador brasileiro era de R\$2.377, no final de 2021, mas cerca da metade dos ocupados (54%) ganhava R\$1.500 ou menos (Dieese, 2022). Esses trabalhadores foram os mais prejudicados pelas medidas de isolamento, pois dependiam da atividade presencial para obter renda (Silva; Caetano, 2022).

No quarto trimestre de 2021, havia mais de 17 milhões de brasileiros que gostariam de trabalhar, mas estavam desempregados ou desistiram de procurar emprego. Isso representava cerca de 15% da população em idade ativa. Entre aqueles que trabalhavam, 7,4 milhões estavam subocupados, ou seja, gostariam de trabalhar mais horas, representando cerca de 10% da população ocupada (Dieese, 2022). Além do desemprego, o poder de compra dos trabalhadores também foi afetado pela inflação.

Conforme Brinca, Duarte e Castro (2020), os trabalhadores tendem a oferecer mais trabalho à medida que a pandemia melhora e o risco de contaminação diminui, com a redução das restrições de mobilidade social e uma recuperação econômica mais consistente. Por outro lado, os choques na demanda por trabalho refletem as forças econômicas que podem continuar além da crise de saúde pública e estão associados às chances de contratação.

Assim, a recuperação do mercado de trabalho brasileiro foi desigual. Trabalhadores mais velhos e com maior nível educacional foram particularmente vulneráveis, pois têm salários mais elevados e, portanto, são mais suscetíveis a demissões em momentos de retração econômica (Cavalcanti; Moreira, 2015). Jovens, mulheres e negros também enfrentaram mais dificuldades para se reinserir no mercado (Dieese, 2022).

2.1.2 Impactos no setor agrícola e no consumo de alimentos

No setor agrícola, a produção e distribuição de insumos, como fertilizantes, foi afetada. O Brasil importa a maioria dos fertilizantes que utiliza, e a pandemia interrompeu a produção desses produtos na China, um dos principais fornecedores. Como resultado, os preços dos fertilizantes subiram, impactando os custos de produção e os preços dos alimentos (Pinheiro; Konda; Bonini, 2022). Entre janeiro e julho de 2020, a China foi o principal comprador do agronegócio brasileiro, com 34,1% do total exportado. Em seguida, vieram os Estados Unidos (9,7%), os Países Baixos (3,9%) e a Argentina (3,6%), que somaram 51,5% do total. Em relação ao mesmo período de 2019, a China aumentou suas importações do Brasil em 15,4%, enquanto os Estados Unidos reduziram em 32,7% (Schneider et al., 2020).

Os produtores rurais, que tiveram que lidar com o aumento dos custos de produção, tiveram que reduzir a produção ou trabalhar com menos funcionários. Isso também trouxe um impacto significativo nas pessoas que já viviam em condições precárias, que passaram a enfrentar dificuldades ainda maiores para conseguir alimentos (Barbieri; Oliveira; Lima, 2020).

A pandemia de Coronavírus teve início no período da colheita da safra de verão 2019/2020 e no começo do plantio da safra de outono-inverno (safrinha) de 2020. Ambas as colheitas foram finalizadas, mas em um cenário de grande tensão. Em outubro de 2020, deu-se início a uma nova safra de verão, que enfrentou desafios devido à distribuição irregular das chuvas, porém obteve resultados considerados satisfatórios. O ano de 2020 foi especialmente relevante para o setor agropecuário brasileiro. Enquanto o PIB total do Brasil apresentou retração, a agropecuária registrou um crescimento de 24,2% em relação a 2019, alcançando uma participação de 26,6% no PIB total (Lamas, 2021).

Em alguns estados, como Minas Gerais, a alta no valor dos alimentos atingiu valores históricos. Entre os meses de março e abril de 2020, o custo da cesta básica apresentou a maior variação indicada da série histórica, iniciada em 1994. Os produtos que mais contribuíram para essa alta foram a batata, o feijão e o leite. O fato de muitas famílias passarem a preparar seus alimentos em casa fez com que os preços aumentassem, diante do aumento da demanda por alimentos in natura (Ipead, 2020).

As pessoas começaram a comprar mais alimentos, temendo um possível desabastecimento devido ao isolamento social. Em todo o mundo, estudos mostraram que a demanda por produtos básicos, como arroz, feijão, leite e pão, aumentou nos supermercados e varejistas, principalmente para itens que não estragam facilmente (Neves; Souza, 2021). Conseqüentemente, houve aumento significativo nos preços e nas vendas de supermercados durante a pandemia (Abrás, 2020; Futemma, 2020; Santos; Franklin; Souza, 2023).

Em setembro de 2020, os preços dos alimentos atingiram o nível mais alto em seis meses, período que coincidiu com os primeiros casos de contágio por Sars-CoV-2. Entretanto, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) destacou que, naquele ano, as exportações não foram impactadas e, pelo contrário, registraram um crescimento de 13,3% em relação a 2019. Esse aumento nas exportações teve reflexos diretos para os consumidores brasileiros: em setembro de 2020, o preço do arroz atingiu sua maior alta acumulada desde 2008 na cidade de São Paulo. Diante da ausência de uma política de controle das exportações e da escassez do produto no mercado interno, as importações cresceram expressivamente, registrando um aumento de 310% (Machado; Garcia, 2022).

A título de exemplo, como alternativa ao comércio tradicional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior produtor de arroz orgânico da América Latina, manteve os preços de venda mesmo diante da elevação da demanda. A produção orgânica e a agroecologia estão fortemente vinculadas ao sistema alimentar local, no qual produtores e cooperativas distribuem os alimentos diretamente às comunidades, sem a intermediação da indústria, garantindo entregas mais ágeis, produtos de melhor qualidade, preços mais acessíveis para a população e maior retorno financeiro para os agricultores (Machado; Garcia, 2022).

Segundo Preiss et al. (2020), em diversas cidades, as autoridades implementaram novas regulamentações para garantir o funcionamento contínuo de serviços essenciais, como o fornecimento de alimentos. A principal preocupação recai sobre os agricultores, que, devido às suas operações em menor escala, enfrentam vulnerabilidades, especialmente quando os canais de comercialização foram suspensos ou tiveram seu funcionamento limitado, evidenciando as falhas nos sistemas alimentares em garantir o fornecimento de alimentos locais, além de seguros e saudáveis.

3 MÉTODOS E FONTES DE DADOS

Para analisar as variações dos preços da cesta básica e do IPC durante a pandemia do Covid-19, foram empregados os dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos (Dieese), pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Este trabalho considerou os seis meses imediatamente anteriores à pandemia, entre setembro de 2019 a fevereiro de 2020; a análise do período de março a dezembro de 2020, que pode ser considerado aquele cujos efeitos foram os mais intensos; e o período de janeiro a dezembro de 2021, no qual ocorreu a redução gradativa dos casos e a consequente retomada da atividade econômica

A pesquisa sobre o custo da cesta básica nas cidades analisadas não fez distinção entre os produtos que a compõem. A coleta de dados abrangeu tanto o custo da cesta básica no Brasil de forma geral quanto nas cidades de Viçosa e Montes Claros.

A escolha dos municípios de Viçosa e Montes Claros para a comparação dos valores da cesta básica antes, durante e depois da pandemia se baseia em diversas razões relevantes. Viçosa está situada na Região da Zona da Mata Mineira, enquanto Montes Claros está no Norte de Minas Gerais. Essa diferença geográfica permite analisar como distintas regiões do estado foram afetadas pela pandemia em termos de custo de vida e preços dos alimentos.

Além disso, comparar um município menor, como Viçosa, que possui 76.430 habitantes, com um maior, como Montes Claros, com 414.240 permite observar se o tamanho da população influencia as variações nos preços da cesta básica durante períodos de crise. Além disso, há dados detalhados disponíveis para essas duas cidades. Ambos os municípios têm um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto (0,775 para Viçosa e 0,770 para Montes Claros) e isso proporciona um cenário com nível de desenvolvimento humano semelhante, minimizando o impacto do IDH nas variações de preços e focando em outros fatores como políticas locais, infraestrutura e resposta à pandemia. Esses dados são do IBGE (2023).

Além disso, analisar municípios com PIBs per capita próximos permite avaliar se diferenças econômicas relativamente pequenas influenciam os preços da cesta básica durante a pandemia. Tais posições podem mostrar, entre outros aspectos, que,

apesar de algumas diferenças, ambos os municípios têm desempenhos econômicos semelhantes, tornando a comparação mais viável diante do equilíbrio.

A pandemia da COVID-19 afetou regiões de maneiras distintas devido a fatores como políticas públicas locais, estrutura econômica e capacidade de resposta do sistema de saúde. Comparar dois municípios com características diferentes, mas economicamente e demograficamente relevantes, ajuda a compreender melhor como diferentes contextos regionais lidaram com a crise e suas consequências econômicas.

O município de Viçosa, localizado na Região da Zona da Mata Mineira, possui uma população estimada de 76.430 habitantes e um IDH de 0,775, caracterizando-se como um município de alto índice de desenvolvimento humano. Em 2021, o PIB per capita de Viçosa foi de R\$ 22.673,74. Quando comparado a outros municípios do estado de Minas Gerais, ocupava a 350^a posição entre 853 municípios, e a 2.874^a posição entre os 5.570 municípios do Brasil (IBGE, 2023). A cidade é cercada por diversos municípios que contribuem para sua integração regional.

Montes Claros, situado no Norte de Minas Gerais, apresenta uma população estimada de 414.240 habitantes e um IDH de 0,770, também considerado alto. Em 2021, o PIB per capita de Montes Claros foi de R\$ 25.870,23. Comparado a outros municípios mineiros, Montes Claros ocupava a 275^a posição entre os 853 municípios do estado e a 2.517^a posição entre os 5.570 municípios do país (IBGE, 2023b). O município possui uma área total de 3.576,76 km² e faz divisa com diversos outros municípios. Além disso, a população urbana representa 95% do total de habitantes de Montes Claros (Beirão et al., 2024).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ASPECTOS QUANTITATIVOS: DADOS NACIONAIS

As análises a respeito das variações relacionadas ao custo da cesta básica no período crítico da pandemia do Coronavírus contam com os levantamentos de caráter estatístico e com as observações a respeito de elementos que se relacionam ao contexto socioeconômico de cada localidade. Nesse sentido, observa-se que desde o início da crise sanitária ocorreram variações significativas nos preços dos alimentos, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Variações percentuais estimadas nos preços dos alimentos antes e no início da pandemia

ALIMENTOS	Antes do Covid-19	No início da pandemia
	Coleta entre 08/02 e 07/03/2020	Coleta entre 23/03 e 22/04/2020
Arroz	1,16	2,77
Feijão carioca	-1,45	8,62
Feijão preto	-2,73	8,13
Batata inglesa	0,33	13,69
Tomate	6,71	1,79
Banana prata	4,85	1,68
Farinha de mandioca	-2,18	1,21
Farinha de trigo	-0,92	1,28
Pão francês	0,64	0,33
Açúcar refinado	0,53	1,67
Açúcar cristal	2,49	2,19
Leite em pó	0,24	2,30
Leite longa vida	-1,10	7,55
Manteiga	-0,04	0,92
Frango em pedaços	-0,75	-0,75
Frango inteiro	-1,97	-1,01
Ovos	7,21	6,57
Carnes bovinas	-1,76	-0,43

Fonte: FGV (2020)

A variação média dos itens de uma cesta básica, conforme a tabela 1, apresentou aumento de 0,63% antes da pandemia, e 3,25%, no início da pandemia. Esse aumento observado nos preços dos alimentos, reflete as distorções causadas pela interrupção das cadeias produtivas e logísticas. Segundo o Banco Mundial (2020), a pandemia de COVID-19 causou severas interrupções nas cadeias de suprimento globais, resultando em escassez de produtos e elevação de preços em diversas economias. Além disso, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020) também relatou que as medidas de isolamento e o fechamento de fronteiras afetaram negativamente a produção e distribuição de

alimentos, gerando inflação alimentar em muitos países, inclusive no Brasil. Verifica-se a importância de que sejam consideradas as questões que dizem respeito aos impactos da pandemia, identificados em regiões e unidades da federação específicas, buscando estabelecer a correlação entre as variações do custo da cesta básica e a forma como a crise impactou tais localidades. Já a variação do custo da cesta básica em algumas das capitais, durante a pré-pandemia pode ser observada na Tabela 2:

Tabela 2 – Custos estimados nos preços dos alimentos – pré-pandemia

Localidade	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20
Belo Horizonte	390,93	391,85	393,58	444,91	456,35	459,10
Rio de Janeiro	458,21	462,57	455,37	516,91	507,13	505,55
São Paulo	473,85	473,59	465,81	506,50	517,51	519,76
Vitória	429,06	428,25	462,06	499,23	492,20	480,03

Fonte: Adaptado de Dieese (2023)

As variações indicam a disparidade significativa entre os custos da cesta básica nas cidades pesquisadas. Como exemplo, observa-se um aumento gradual nos preços da alimentação em todas as localidades analisadas em setembro de 2019, e o maior custo da cesta básica foi encontrado em São Paulo e o menor em Belo Horizonte, onde os produtos podem ser adquiridos com 13,29% do valor necessário na capital paulista, em fevereiro de 2020. Esses aumentos refletem o impacto da inflação nos preços dos alimentos, que variam conforme as características econômicas e produtivas de cada região (DIEESE, 2023).

Os impactos refletem no aumento generalizado dos preços de bens essenciais devido a fatores como escassez de produtos, aumento nos custos de produção e transporte, e flutuações cambiais. Quando a inflação sobe, os custos de insumos como combustível e matéria-prima aumentam, elevando o preço final (Neder; Alves Filho; Souza, 2015). Comparando a capital de Belo Horizonte e São Paulo, demonstra como as variações locais, juntamente, com a inflação nacional, afetam o poder de compra da população, exigindo mais recursos para a mesma quantidade de alimento.

As variações percentuais observadas no período entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020 podem ser observadas na Tabela 3:

Tabela 3 – Variações estimadas nos preços dos alimentos – pré-pandemia

	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20
Belo Horizonte	0,24%	0,44%	13,04%	2,57%	0,60%	0,47%
Rio de Janeiro	0,95%	-1,56%	13,51%	-1,89%	-0,31%	5,56%
São Paulo	-0,05%	-1,64%	8,74%	2,17%	0,43%	-0,24%
Vitória	-0,19%	7,89%	8,04%	-1,41%	-2,47%	5,16%

Fonte: Adaptado de Dieese (2023)

A análise das variações nos preços dos alimentos nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória, no período de setembro de 2019 a fevereiro de 2020, na tabela 3, revelou padrões distintos de flutuação. Em Belo Horizonte, por exemplo, a variação média foi de 3,47%. Já Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram variações mais volúveis, incluindo quedas nos preços, como em outubro de 2019 (Rio de Janeiro: -1,56% e São Paulo: -1,64%). Vitória, por sua vez, registrou uma variação considerável em outubro de 2019 (7,89%), seguida por quedas nos meses subsequentes. Essas flutuações podem ser atribuídas a fatores como os custos variáveis de produção, a sazonalidade da oferta e da demanda e as pressões inflacionárias, que afetam a dinâmica dos preços de alimentos em diferentes regiões. A média das variações mensais indica que os preços dos alimentos foram mais estáveis em Belo Horizonte, enquanto cidades como Rio de Janeiro e São Paulo experimentaram flutuações mais intensas, evidenciando a necessidade de monitoramento contínuo para entender melhor os efeitos das políticas econômicas e os impactos inflacionários sobre o custo de vida nas diversas localidades (Bresser-Pereira, 2018; Cardoso, 2020).

Além disso, produtos que comumente não são exportados ou que são exportados em menor escala, denominados não comercializáveis, costumam ter um comportamento diferente dos que são chamados de comercializáveis. Segundo Baccarin e Oliveira (2021), produtos não comercializáveis são aqueles que são produzidos para atender à demanda interna. Se essa demanda aumenta, os preços desses produtos tendem a subir. Isso pode ser agravado pela retração da oferta, causada por fatores como a falta de insumos agrícolas ou a queda da renda de pequenos agricultores.

A Tabela 4 abaixo apresenta os custos das cestas de alimentos nas capitais durante o período inicial da pandemia, evidenciando o aumento no custo em todas as cidades mencionadas.

Tabela 4 – Custos estimados nos preços dos alimentos – março a dezembro/2020

	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Belo Horizonte	461,28	484,55	484,02	475,19	465,06	478,07	491,62	516,82	552,37	568,53
Rio de Janeiro	533,65	544,34	558,81	512,84	505,72	529,76	563,75	592,25	629,63	621,09
São Paulo	518,50	556,25	556,36	547,03	524,74	539,95	563,35	595,87	629,18	631,46
Vitória	504,78	537,89	536,73	500,01	484,80	509,45	539,36	552,85	606,59	600,28

Fonte: Adaptado de Dieese (2023)

De modo geral, a paralisação das atividades envolveu a produção e comercialização de alimentos, trazendo implicações para o abastecimento. Segundo Baccarin (2022), os preços dos alimentos da cesta básica subiram muito após o início da pandemia. No início do século, os preços haviam atingido um pico, mas caíram nos anos seguintes. O índice de preços de alimentos da FAO (FAO Food Price Index) mostra que os preços dos alimentos se mantiveram estáveis até 2018, mas subiram rapidamente a partir de 2020.

Verifica-se, a partir da Tabela 5, que as variações ocorridas no preço da cesta básica representaram um cenário no qual se notam os efeitos do desabastecimento e do desaquecimento da economia.

Tabela 5 – Variações estimadas nos preços dos alimentos – março a dezembro/2020

	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20
Belo Horizonte	5,04%	-0,11%	-1,82%	-2,13%	2,80%	2,83%	5,13%	6,88%	2,93%	4,17%
Rio de Janeiro	2,00%	2,66%	-8,23%	-1,39%	4,75%	6,42%	5,06%	6,31%	-1,36%	3,69%
São Paulo	7,28%	0,02%	-1,68%	-4,07%	2,90%	4,33%	5,77%	5,59%	0,36%	3,59%
Vitória	6,56%	-0,22%	-6,84%	-3,04%	5,08%	5,87%	2,50%	9,72%	-1,04%	4,05%

Fonte: Adaptado de Dieese (2023)

Ainda não há explicações definitivas para o aumento dos preços, mas alguns fatores são apontados, como os problemas de abastecimento. As cadeias de suprimentos globais foram interrompidas devido às restrições de deslocamento entre países. Além disso, a retenção de produção foi uma alternativa utilizada por alguns países, que reduziram a produção de alimentos para garantir o abastecimento interno. O aumento dos estoques também pode ser sugerido como uma motivação para o comportamento dos preços, já que alguns países importadores aumentaram seus estoques de alimentos para se proteger de possíveis escassez (Baccarin, 2022).

A possibilidade de desabastecimento de alimentos durante a pandemia do coronavírus fez com que as pessoas comprassem mais em supermercados. Além disso, os fornecedores e as indústrias repassaram o aumento do preço aos estabelecimentos comerciais. Outro fator que pode ter interferido no preço dos alimentos foi o aumento no valor do transporte, que também foi afetado pela crise sanitária e econômica (Barbieri; Oliveira; Lima, 2020). Gradativamente, com o fim do isolamento social e a retomada das atividades econômicas, foi possível identificar a recuperação do mercado. Os dados que se relacionam ao período pós-crítico, compreendendo o ano de 2021, podem ser observados na Tabela 6:

Tabela 6 – Custos estimados nos preços dos alimentos – período pós-crítico – jan-dez. 2021

	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Belo Horizonte	592,26	573,53	555,67	565,78		532,01	549,49	562,95	582,61	598,79	594,97	605,16
Rio de Janeiro	644,00	629,82	612,56	622,04	622,76	619,24	621,34	634,18	643,06	673,85	665,60	666,26
São Paulo	654,15	639,47	626,00	632,61	636,40	626,76	640,51	650,50	673,45	693,79	692,27	690,51
Vitória	624,62	609,27	596,91	610,98	616,96	611,29	612,45	618,96	633,03	670,99	668,17	662,01

Fonte: Adaptado de Dieese (2023)

As variações nos preços da cesta básica, considerando o período no qual ocorreu a gradativa redução dos efeitos da pandemia, podem ser observadas na Tabela 7.

Tabela 7– Variações nos preços dos alimentos – período pós-crítico

	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21
Belo Horizonte	-3,16%	-3,11%	1,82%			3,29%	2,45%	3,49%	2,78%	-0,64%	1,71%
Rio de Janeiro	-2,20%	-2,74%	1,55%	0,12%	-0,57%	0,34%	2,07%	1,40%	4,79%	-1,22%	0,10%
São Paulo	-2,24%	-2,11%	1,06%	0,60%	-1,51%	2,19%	1,56%	3,53%	3,02%	-0,22%	-0,25%
Vitória	-2,46%	-2,03%	2,36%	0,98%	-0,92%	0,19%	1,06%	2,27%	6,00%	-0,42%	-0,92%

Fonte: Adaptado de Dieese (2023)

As médias de aumento nos custos da cesta básica, considerando a realidade nacional, indicam um comportamento relativamente estável, considerando a maior variação ocorrida entre agosto e setembro, de 3,09%. A comparação com o período pré-pandemia indica, inclusive, uma redução destas variações. Como visto no capítulo anterior, as interrupções nas cadeias produtivas e logísticas afetaram a produção e distribuição de alimentos, elevando os preços de itens essenciais, como arroz e feijão

carioca. As variações regionais também foram evidentes, com Belo Horizonte apresentando a cesta mais barata antes da pandemia, enquanto São Paulo tinha o maior custo, sendo que todos os locais analisados registraram aumentos significativos durante a crise.

Além disso, as flutuações nos preços refletem a inflação e a consequente redução do poder de compra da população, impactando de maneira distinta diferentes cidades. Produtos não exportáveis sofreram aumentos devido à demanda interna e à retração da oferta, agravada pela pandemia. A tendência de alta nos preços continuou ao longo de 2020, sugerindo que os efeitos da crise persistiram além do choque inicial.

4.2 ANÁLISE DO IPC E CESTA BÁSICA NO CONTEXTO DE PANDEMIA: COMPARAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE VIÇOSA E MONTES CLAROS

A comparação compreende os seis meses imediatamente anteriores à pandemia, entre setembro de 2019 a fevereiro de 2020; a análise do período de março a dezembro de 2020, que pode ser considerado aquele cujos efeitos foram os mais intensos; e o período de janeiro a dezembro de 2021, diante da redução gradativa dos casos e a consequente retomada da atividade econômica. Os dados que se relacionam ao IPC ao município de Viçosa, considerando o período de seis meses que antecederam a pandemia do Covid-19, podem ser observados na Tabela 8:

Tabela 8 – Variações no IPC – período pré-crítico – Viçosa (VIÇ) e Montes Claros (MC)

	set/19		out/19		nov/19		dez/19		jan/20		fev/20	
	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC
Alimentação	0,79	0,19	-0,14	0,02	1,44	-0,02	2,47	2,74	2,70	1,63	0,48	0,06
Vestuário	4,05	0,38	2,59	0,77	0,75	-0,44	-0,59	-0,12	0,39	0,49	-2,17	0,40
Habituação	-0,47	0,01	-1,27	0,07	-0,16	0,54	0,81	0,56	0,93	0,58	-0,01	0,61
Artigos	-4,99	0,14	0,72	0,02	3,91	0,02	-0,64	0,43	3,95	0,06	0,24	0,79
Residência	0,47	0,40	-0,24	1,80	0,30	0,41	1,15	0,74	1,10	0,43	4,11	-0,73
Transporte e Comunicação	0,80	0,02	-0,71	0,83	1,31	-0,05	-0,10	-0,01	-0,15	0,24	-1,24	0,07
Saúde e Cuidados Pessoais	-0,32	0,28	0,00	0,14	0,46	0,07	-0,37	0,14	4,50	2,99	0,23	0,17
Educação e Despesas Pessoais												

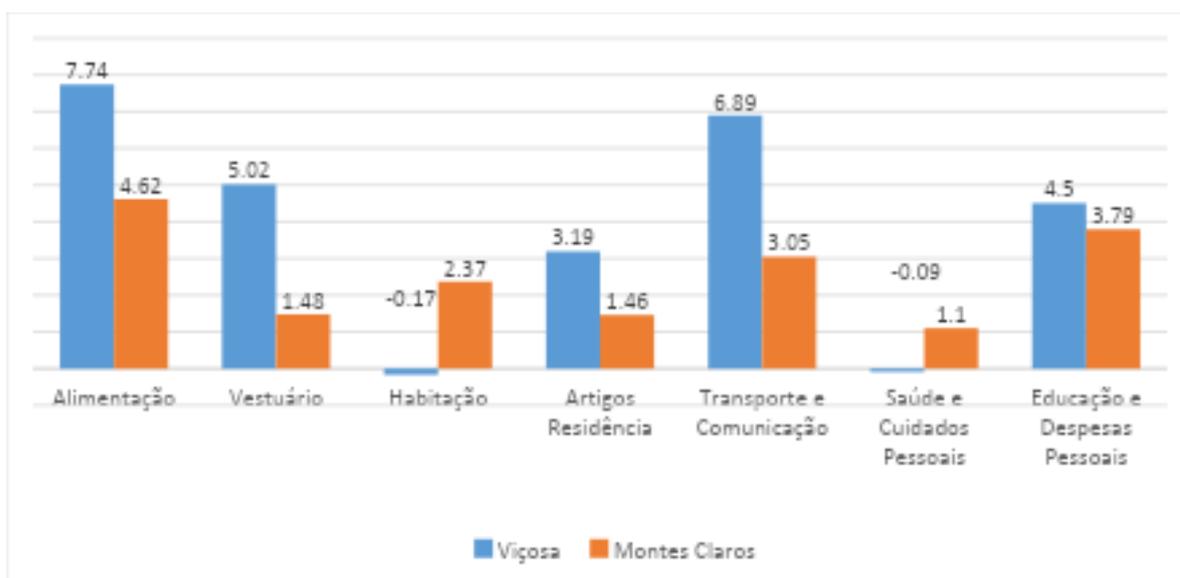
Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

Em Viçosa, o acumulado que se relaciona à alimentação, no período entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, apresentou os percentuais mais elevados, destacando os meses de janeiro de 2020 (2,70%) e dezembro de 2019 (2,47%).

Ressalta-se a queda percentual das categorias habitação e saúde e cuidados pessoais. A realidade em relação à alimentação, como grupo mais relevante para a formação do IPC pode ser verificada também em Montes Claros, porém em percentuais menores.

Em Montes Claros, nenhuma das variáveis que compõem o IPC apresentou índices negativos, sendo que, diferentemente de Viçosa, a categoria habitação indicou percentuais significativos para a composição do IPC. Considerando especificamente a alimentação, a comparação, no período pré-pandemia, indica um aumento muito superior em Viçosa, com um acumulado de 7,74%, contra 4,62% em Montes Claros. As variações acumuladas no período pré-crítico, por categoria, podem ser observadas no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Variações acumuladas do IPC - período pré-crítico



Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

O gráfico 1 mostra diferenças regionais na inflação entre Viçosa e Montes Claros. O setor alimentação, o principal a ser analisado no trabalho teve a maior variação em ambas as cidades, sendo mais expressiva em Viçosa (7,74%) do que em Montes Claros (4,62%), indicando maior pressão inflacionária sobre itens essenciais. Além disso os dados demonstram que Viçosa apresentou uma inflação mais elevada na maioria dos grupos analisados, sugerindo maior pressão de preços na economia local em comparação com Montes Claros.

A maior inflação em Viçosa pode ser explicada por fatores como dependência de fornecedores externos, maior demanda impulsionada pela presença universitária, menor concorrência no comércio local e custos logísticos elevados devido à infraestrutura limitada. Em contrapartida, Montes Claros, sendo um polo regional, possui uma economia mais diversificada e melhor conectividade, o que ajuda a reduzir a pressão inflacionária. Esses fatores explicam as diferenças nos índices de preços entre as duas cidades.

A partir da configuração da crise sanitária resultante da pandemia, passou-se a um cenário adverso para produção, empregos e geração de renda. A realidade apresentada em Viçosa e em Montes Claros, quanto às variações dos preços ao consumidor durante o período crítico, pode ser observada na Tabela 9:

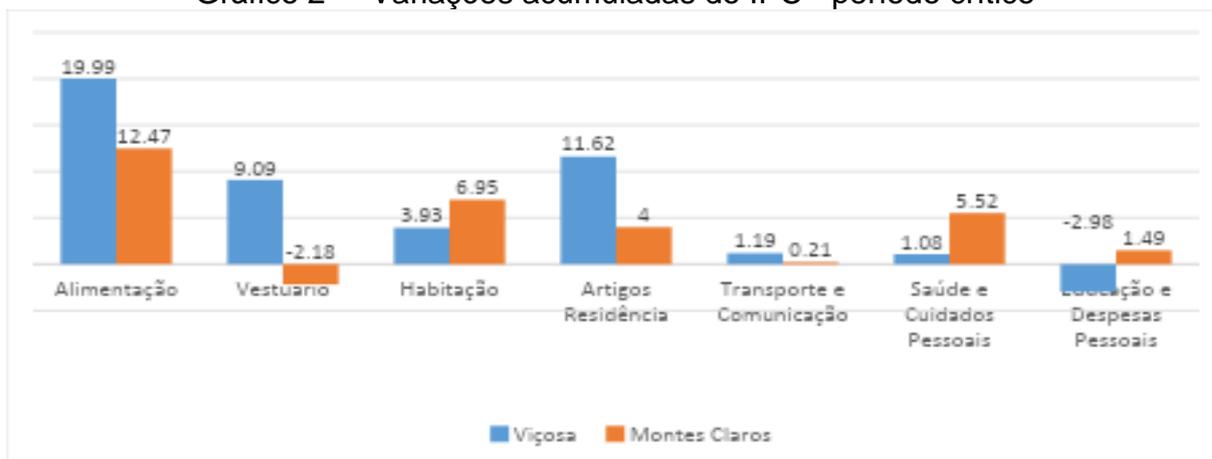
Tabela 9 – Variações no IPC – período crítico – Viçosa e Montes Claros – Mar/dez. 2020

	Alimentação		Vestuário		Habitação		Artigos Res.		Transp. Com.		Saúde e cuid. pess.		Educ. e desp. pess.	
	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC
Mar	1,69	2,06	-1,11	0,54	-0,22	0,63	-1,36	0,82	0,21	-0,65	-0,84	1,11	-0,12	0,13
Abr	1,60	2,22	-3,61	-2,04	-0,28	0,66	1,39	-2,01	-1,80	-3,72	0,60	0,16	-0,05	-0,19
Mai	-0,54	0,54	4,47	-1,68	0,00	0,52	-1,49	0,72	-2,10	-1,71	0,20	0,23	0,18	-0,06
Jun	3,79	0,04	0,85	-0,37	0,69	0,06	2,28	0,96	0,29	1,01	0,59	1,66	0,17	0,03
Jul	0,24	-0,11	2,41	0,72	1,85	0,15	3,37	0,46	1,47	1,10	1,44	1,78	0,19	0,15
Ago	1,96	2,09	-5,14	-0,97	-0,05	0,74	0,41	0,54	0,44	0,82	-0,06	0,03	-0,02	0,11
Set	3,53	1,05	4,94	0,19	0,98	0,99	3,89	0,92	0,53	0,72	0,20	0,07	-4,21	0,23
Out	1,86	2,01	5,64	0,36	0,30	0,35	4,75	0,85	0,18	0,36	-0,37	0,11	0,15	0,32
Nov	1,22	1,35	2,99	0,14	0,54	1,36	-5,21	0,22	0,40	0,78	-0,37	0,16	0,16	0,67
Dez	4,64	1,22	-2,35	0,93	0,12	1,49	3,59	0,52	1,57	1,50	-0,31	0,21	0,57	0,10

Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

A partir da pandemia passa-se a observar uma realidade na qual as variações no IPC são maiores, sendo que a alimentação, entre março e dezembro de 2020, apresentou, em Viçosa, um acumulado de 19,99%. Os artigos de uso em residências, que sequer situavam-se entre os maiores percentuais na composição do IPC, passaram a representar o segundo maior percentual, de 11,62%. Considerando as variações em Montes Claros, observa-se que o acumulado quanto à alimentação, no mesmo período, foi inferior, situando-se em 12,47%. No entanto, diferentemente do cenário apresentado em Viçosa, o segundo percentual mais representativo foi da habitação, com 6,95%. As variações acumuladas durante o período da crise sanitária, por categoria, podem ser observadas no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Variações acumuladas do IPC - período crítico



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Ainda que as diferenças quanto ao acumulado relacionado à alimentação entre as cidades analisadas sejam relevantes, com a diferença de 7,52%, o acumulado total do IPC no período apresenta pouca diferença entre os municípios, sendo esta de 0,59%, já que em Viçosa o IPC acumulado foi de 7,55% e em Montes Claros, de 6,96%. Estes dados indicam uma realidade diferente da apresentada, por exemplo, na maioria das capitais, onde prevaleceu a retração dos preços dos alimentos, principalmente entre março e junho de 2020.

Considerando a recuperação gradativa da economia a partir da redução dos casos de Covid e a retomada da normalidade das atividades produtivas, observa-se que os índices permaneceram elevados, tanto em Montes Claros quanto em Viçosa (Tabela 10).

Tabela 10 – Variações no IPC – período pós-crítico – Viçosa e Montes Claros – jan./dez. 2021

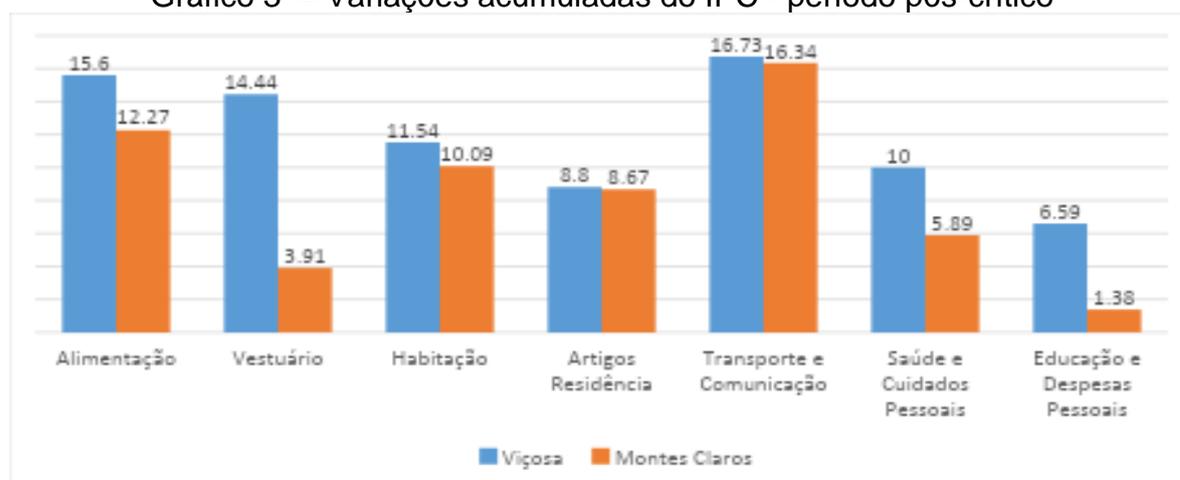
	Alimentação		Vestuário		Habitação		Artigos Res.		Transp. Com.		Saúde e cuid. pess.		Educ. e desp. pess.	
	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC	VIÇ	MC
Jan.	2,64	1,08	-1,50	-0,91	0,26	0,58	4,93	0,71	0,93	0,48	3,14	0,25	4,81	0,09
Fev.	1,36	0,12	1,24	-0,54	1,58	0,74	3,97	0,93	0,02	1,86	1,66	0,29	-0,97	0,12
Mar	-0,02	0,09	0,42	0,31	0,47	1,44	0,96	0,46	5,59	3,17	0,21	0,32	0,13	0,01
Abr.	0,98	0,02	-4,48	0,16	0,52	1,03	1,54	0,92	1,04	0,72	2,05	0,36	0,18	0,06
Mai	0,65	0,65	0,41	0,85	0,65	0,48	-1,41	0,88	1,21	1,04	1,09	0,41	0,42	0,24
Jun	0,57	0,12	4,77	0,94	2,91	1,56	4,06	0,96	0,62	0,23	-0,06	0,46	0,10	-0,70
Jul	1,71	1,06	2,18	0,71	0,45	2,48	-0,33	0,50	0,46	0,48	0,86	0,51	-0,12	0,39
Ago	1,36	2,61	-1,14	0,01	0,35	0,21	1,89	0,83	1,86	0,87	0,19	0,56	0,25	0,59
Set	3,22	1,93	2,39	1,91	3,11	0,12	1,33	0,22	0,09	1,36	0,16	0,61	0,40	0,65
Out	1,00	1,95	3,14	-0,44	1,20	0,83	2,86	0,78	2,86	2,99	1,06	0,66	0,52	-0,58
Nov	0,87	1,19	4,68	-0,64	0,29	0,53	1,27	0,52	0,04	2,21	0,04	0,70	0,66	0,04
Dez	1,24	1,45	2,33	1,55	-0,25	0,09	0,78	0,94	0,66	0,93	-0,02	0,76	0,21	0,47

Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

Especificamente abordando os dados do IPC em Viçosa, entre janeiro e dezembro de 2021, verifica-se que o IPC acumulado, de 13,15%, resultou de um aumento principalmente nas despesas de transporte e comunicação, que apresentaram um acumulado superior à alimentação, bem como as despesas de vestuário.

Estes aumentos substanciais ocorridos em Viçosa, quanto às despesas com transporte e comunicação, podem ser observados também em Montes Claros, ainda que a retração no acumulado quanto à alimentação, neste município, não tenha sido significativa, já que no período crítico, o percentual foi de 12,47%, e em 2021, de 12,27%. As variações acumuladas pós-crise sanitária, por categoria, podem ser observadas no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Variações acumuladas do IPC - período pós-crítico



Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

Os dados especificamente relacionados ao custo da cesta básica nos dois municípios pesquisados revelam diferenças pequenas entre os valores nos dois municípios. Considerando o período de seis meses antes da pandemia, a comparação revela valores próximos, tanto quanto as variações ocorridas (Tabela 11).

Tabela 11 – Custo da Cesta Básica – período pré-crítico

	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20
Viçosa	R\$ 303,00	R\$ 296,73	R\$ 299,33	R\$ 334,66	R\$ 357,53	R\$ 356,67
Montes Claros	R\$ 309,31	R\$ 305,68	R\$ 301,65	R\$ 309,50	R\$ 345,31	R\$ 331,81

Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

A variação percentual entre os meses de setembro de 2019 e fevereiro de 2020 foi de 17,71% em Viçosa e 7,27% em Montes Claros. O aumento maior, em ambas as cidades, ocorreu no mês de janeiro de 2020. A disparidade entre as variações dos custos nos dois municípios reflete a realidade do acumulado do período pré-crítico, onde os dados de Viçosa apresentaram uma representatividade maior da alimentação para o IPC do que os dados de Montes Claros.

Diante destas considerações, os dados comparativos entre os municípios analisados englobam o período em que ocorreu, gradativamente, a retomada das atividades produtivas, impulsionada pela redução no número de óbitos e contaminações. Observa-se, contudo, que o comportamento dos preços da cesta básica não seguiu um padrão homogêneo entre Viçosa e Montes Claros ao longo do período crítico da pandemia, evidenciando diferenças na dinâmica econômica regional (Tabela 12).

Tabela 12 – Custo da Cesta Básica – período crítico - 2020

	mar	abr	mai	Jun	jul	ago	set	Out	nov	dez
Viçosa	365,72	362,81	356,85	351,48	353,68	362,01	371,74	372,21	385,28	425,77
Montes Claros	343,74	375,54	387,22	364,85	358,87	375,45	388,50	402,13	415,61	418,49

Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

Entre março e maio de 2020, Viçosa apresentou uma queda progressiva nos custos da cesta básica, passando de R\$365,72 em março para R\$351,48 em junho. Ao contrário, Montes Claros registrou um comportamento oposto, com aumento expressivo dos preços entre março (R\$ 343,74) e maio (R\$ 387,22). Já entre junho e julho, observou-se um recuo nos valores em Montes Claros, enquanto Viçosa apresentou uma elevação, atingindo R\$ 362,01 em agosto. Essas variações refletem a dinâmica econômica e os impactos regionais diferenciados da pandemia sobre a oferta e demanda de alimentos essenciais.

As oscilações ocorridas entre março e dezembro de 2020, fizeram com que os valores da cesta básica nos municípios apresentassem aumentos de 16,41% em Viçosa e 21,74% em Montes Claros, conforme dados das Tabelas 11 e 12, ainda que o IPC acumulado em Viçosa tenha sido mais elevado. Os dados da Tabela 13 indicam as variações dos preços da cesta básica entre janeiro e dezembro de 2021 em Viçosa e em Montes Claros.

Tabela 13 – Custo da Cesta Básica – período pós-crítico - 2021

	jan	fev	mar	Abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Viçosa	432,76	420,71	412,93	438,51	443,29	438,62	443,36	444,78	462,27	473,12	486,72	482,24
Montes Claros	422,48	418,02	414,02	409,13	412,54	406,80	411,82	423,88	430,70	438,62	441,05	447,93

Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

Os valores mensais apresentam oscilações, com meses de aumento e outros de leve diminuição. Em Viçosa, os valores da cesta básica variaram entre R\$ 412,93 (março) e R\$ 486,72 (novembro), apresentando um aumento significativo ao longo do ano, especialmente no segundo semestre. Já Montes Claros registrou um menor crescimento nos preços, oscilando entre R\$ 406,80 (junho) e R\$ 447,93 (dezembro). Essas variações podem ser influenciadas por diversos fatores, como sazonalidade de determinados produtos, eventos climáticos que afetam a produção agrícola, políticas econômicas e até mesmo crises internacionais. As duas cidades apresentam um comportamento divergente em relação à variação do custo da cesta básica.

Ambas registram aumentos e reduções, mas em períodos diferentes nos mesmos meses, indicando que os fatores que influenciam os preços dos alimentos atuam de forma diferente nas duas localidades. A comparação a respeito das divergências quanto ao comportamento dos preços nas cidades analisadas pode ser observada no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Variações da cesta básica Viçosa x Montes Claros – período pós-crítico - 2021



Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

A proximidade entre os valores apresentados em janeiro de 2021, entre Viçosa e Montes Claros, com uma diferença de R\$10,28 entre os custos, com o município de Viçosa apresentando o valor mais alto, foi significativamente alterada. Em dezembro de 2021 a diferença passou a ser de R\$34,31. Essa condição pode ser explicada a partir da consideração de que antes da pandemia os valores já apresentavam diferenças importantes, com uma aproximação ocorrendo no período da pandemia e o posterior distanciamento, próximo dos patamares antes verificados.

O valor médio da cesta básica apresentado em Montes Claros foi superior ao identificado em Viçosa somente durante o período crítico, sendo que com a retomada gradativa da economia, retomou-se à condição anterior à pandemia, na qual os valores na cidade de Viçosa são significativamente superiores.

A análise comparativa entre Viçosa e Montes Claros sobre o impacto da pandemia no custo da cesta básica revela diferenças marcantes nas dinâmicas econômicas e nos padrões de consumo de cada localidade. Em Viçosa, o grupo alimentação já apresentava alta expressiva antes da pandemia, enquanto Montes Claros registrava uma elevação menos acentuada. Essas disparidades refletem características econômicas e sociais específicas de cada município.

Durante o período crítico da pandemia, a alimentação manteve-se como principal fator de pressão inflacionária, com aumentos também notáveis em categorias como artigos residenciais e habitação. Esses resultados destacam o impacto severo em itens essenciais, agravado por fatores como temor de escassez e alterações no comportamento de consumo.

No período posterior ao auge da crise, embora a inflação permanecesse elevada, os itens que mais contribuíram para o aumento variaram. Em Viçosa, o transporte e a comunicação passaram a liderar as altas, enquanto em Montes Claros houve apenas uma leve retração no peso da alimentação. Essas mudanças refletem tanto o impacto da recuperação econômica quanto as adaptações nos padrões de consumo. Em ambos os municípios, a pressão sobre os custos de vida foi amplificada pela vulnerabilidade dos preços de itens básicos em contextos de crise, evidenciando os desafios econômicos impostos pela pandemia.

Os choques de oferta e demanda causados pela pandemia sugerem a ocorrência de impactos significativos no custo da cesta básica e o IPC nas cidades de Viçosa e Montes Claros. No entanto, o fato de não se ter estimado a causalidade, impede a afirmação da relação direta entre tais choques e as variações citadas. Esses

impactos variaram ao longo do tempo, com diferenças regionais claras. No que diz respeito aos choques de oferta, observam-se, conforme Mahmood et al. (2024), as interrupções nas cadeias de suprimentos, mudanças na produção agrícola e limitações logísticas afetaram os preços dos alimentos e outros produtos essenciais.

Quanto aos choques de demanda, sugere-se a ocorrência de mudanças nos padrões de consumo durante os períodos de confinamento, que aumentaram a demanda por certos produtos, como alimentos e artigos para residência, influenciando seus preços. A quebra de empresas e o aumento do desemprego no setor de serviços impactam negativamente a demanda por produtos industriais e agrícolas, levando à redução da produção e ao risco de desabastecimento. Como consequência, cresce a inadimplência tanto de empresas quanto de famílias (Ferreira Júnior; Rita, 2020).

Importa, inclusive, compreender que a interrupção das atividades na UFV durante a pandemia trouxe reflexos significativos em Viçosa, quanto ao consumo de produtos, compreendendo que o público acadêmico é de aproximadamente 16.000 estudantes, em sua maioria oriundo de outras cidades (Paula; Faria, 2020). Esse quantitativo sugere a influência significativa tanto da redução do consumo, a partir do retorno provisório desses acadêmicos às suas cidades de origem, quanto da retração do consumo e da geração de renda nos negócios locais.

Em relação a Montes Claros, ressalta-se que a cidade é um polo da educação no Norte de Minas. No entanto, o que a difere de Viçosa é que 70% dos estudantes são do próprio local (Pales; Santos; Condé, 2024). A cidade de Montes Claros é também um polo econômico em nível estadual. A cidade conta com um comércio representativo e várias indústrias (Pales; Santos, 2024).

A retomada das atividades produtivas levou a ajustes nos preços, mas os efeitos dos choques iniciais continuaram a se refletir no custo da cesta básica e no IPC. As variações entre Viçosa e Montes Claros refletem as diferenças regionais na estrutura econômica, nos padrões de consumo e na resposta aos choques de oferta e demanda durante a pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oscilações no comportamento dos preços da cesta básica em Viçosa e Montes Claros durante o período crítico da pandemia destacaram importantes diferenças regionais. Enquanto Viçosa apresentou uma queda gradativa nos custos entre março e maio de 2020, Montes Claros manteve valores relativamente estáveis, evidenciando dinâmicas econômicas locais distintas. Posteriormente, entre junho e julho do mesmo ano, os preços recuaram em Montes Claros, enquanto Viçosa registrou aumento, reforçando a influência de fatores regionais como cadeias de suprimentos, sazonalidade de produtos agrícolas e contextos econômicos específicos.

No período pós-crítico, as divergências nos preços mensais permaneceram. Viçosa retomou seu padrão histórico de custos mais elevados, em relação a Montes Claros. Esse comportamento reafirma as peculiaridades estruturais de cada município, evidenciando que questões regionais continuam a exercer um papel determinante na formação dos preços da cesta básica.

Os impactos da pandemia sobre as cadeias de produção e logística foram fatores centrais para as flutuações de preços observadas. Em um cenário de choques simultâneos de oferta e demanda, as cidades responderam de forma distinta às condições impostas pelo confinamento e pela maior busca por alimentos. Essa variação foi especialmente perceptível no período crítico, quando Montes Claros registrou preços médios superiores, enquanto Viçosa, embora mais cara historicamente, apresentou maior estabilidade relativa.

A análise das dinâmicas regionais permite compreender como os padrões de consumo e as estruturas econômicas influenciam as respostas a crises. A maior resiliência econômica de Montes Claros pode estar associada a cadeias logísticas mais eficientes, enquanto Viçosa, historicamente mais vulnerável a variações de preços, apresentou maior sensibilidade às oscilações do mercado.

Essas observações reforçam a importância de políticas públicas regionalizadas para lidar com crises, considerando as especificidades econômicas e sociais de cada localidade. Medidas que visem a redução de disparidades regionais, como investimentos em infraestrutura logística e incentivos à produção local, são fundamentais para aumentar a resiliência das cidades frente a choques econômicos.

O estudo das oscilações dos preços da cesta básica em Viçosa e Montes Claros contribui para o entendimento dos impactos econômicos de crises como a pandemia. Além disso, evidencia a necessidade de um planejamento econômico estratégico que considere as particularidades locais, buscando promover maior equilíbrio e segurança alimentar em situações futuras.

REFERÊNCIAS

ABRAS. Associação Brasileira de Supermercados. **Índice de vendas do mês de junho de 2020**. São Paulo; 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/economia-e-pesquisa/indice-de-vendas/indice-do-mes>. Acesso em 22 nov. 2023.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia do Covid-19, continuidade e mudanças. **Segur.Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 28, p. 1-14, e021002, 2021.

BACCARIN, J. Sucesso na exportação de alimentos é uma das causas de alta no custo da comida no Brasil. **Jornal da Unesp**, maio 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/05/02/sucesso-na-exportacao-de-alimentos-e-uma-das-causas-de-alta-no-custo-da-comida-no-brasil/>. Acesso em 03 dez. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Global economic prospects: A World Bank report**. Washington, D.C.: The World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BARBIERI, G. C.; OLIVEIRA, J. S.; LIMA, E. C. S. Inflação no preço da cesta básica: a influência da pandemia do Coronavírus no preço da cesta básica. **Revista de Agronegócio**, v. 9, n. 2, p. 14-28, 2020.

BEIRÃO, E. S. et al. Impactos da pandemia de COVID-19 na organização urbana e infraestrutura de saúde do município de Montes Claros/MG. **Revista Verde Grande**, v. 6, n. 2, 2024.

BRINCA, P.; DUARTE, J. B.; CASTRO, M. F. E. Measuring labor supply and demand shocks during covid-19. **European Economic Review**, v. 139, p. 103901, 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desafios da inflação e da economia brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2018.

CARRARA, A. F.; BARROS, G. S. C. Choques de oferta e política monetária na economia brasileira: uma análise do impacto dos preços das commodities na inflação entre 2002 e 2014. **Nova Economia**, v. 29, n. 3, p. 757-794, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Inflação e políticas econômicas no Brasil: uma análise dos preços de alimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2020.

CAVALCANTI, M. A. F. H.; MOREIRA, A. R. B. **Choques macroeconômicos e a probabilidade de permanecer empregado ou desempregado**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

DE SORDI, D. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 30, supl., e2023032, 2023.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Custo da cesta básica**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 26 fev. 2025.

DIEESE. **Economia patina, com escolhas do governo, resquíços da pandemia e crise internacional, e trabalhadores pagam a conta**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/1deMaio.pdf>. Acesso em 03 dez. 2023.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>. Acesso em 10 dez. 2023.

FERREIRA JÚNIOR, R. R.; RITA, L. P. S. Impactos conjunturais da pandemia da covid19 na economia: limites, desafios e políticas. In: SENHORAS, E. M. **Impactos econômicos da pandemia da COVID-19**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

FGV. **Coronavírus contribuiu para aumento de 1,8% no preço de alimentos da cesta básica**. Fundação Getúlio Vargas. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/coronavirus-contribuiu-aumento-18-preco-alimentos-cesta-basica>. Acesso em 29 nov. 2023.

FAO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA). **The impact of COVID-19 on food security and nutrition**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia**. Impactos sociais da pandemia. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em 02 mar. 2025.

FUTEMMA, C. et al. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Revista Unicamp**, Campinas, v. 2, n. 1, 2020.

IBGE. **Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da COVID-19 nas empresas**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/28291-pesquisa-pulso-empresa-impacto-da-covid-19-nas-empresas.html>. Acesso em: 26 fev. 2025.

IBGE. **Viçosa**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>. Acesso em 22 jan. 2024.

IBGE. **Montes Claros**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em 22 jan. 2024.

IPEA. **Estudo evidencia o impacto devastador da pandemia para micro e pequenas empresas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13845->

estudo-evidencia-o-impacto-devastador-da-pandemia-para-micro-e-pequenas-empresas. Acesso em 03 fev. 2024.

IPEAD. **Isolamento durante pandemia de coronavírus leva cesta básica em Minas ao maior valor da história.** 2020. Disponível em: <https://ipead.face.ufmg.br/blog/?p=1265>. Acesso em 20 nov. 2023.

LAMAS, F. M. **Desempenho da agricultura brasileira durante o primeiro ano da Covid-19.** Estudos socioeconômicos e ambientais. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/60382987/artigo---desempenho-da-agricultura-brasileira-durante-o-primeiro-ano-da-covid-19#:~:text=Em%20síntese%2C%20observase%20que,dos%20produtos%20agrícolas%20nas%20exportações>. Acesso em 10 mar. 2025.

MACHADO, L. S.; GARCIA, E. L. Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico. **Saúde Debate**, v. 46, n. esp. 2, p. 426-437, jun. 2022.

MAHMOOD, H. et al. Os efeitos da COVID-19 na cadeia de abastecimento agrícola, na segurança alimentar e no ambiente: uma revisão. **Par J.**, v. 12, e17281, abr. 2024.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. **RESR**, v. 53, n. 1, p. 51-70, jan./mar. 2015.

NEVES, L. F. P.; SOUZA, V. G. S. Estudo da importância do agronegócio em meio a crises. **Revista de Gestão e Estratégia**, v. 3, n. 1, 2021.

OLIVEIRA, P. R. S. **Impactos da Pandemia de Covid-19 sobre a Economia Brasileira.** Covid-19. Unicamp. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/impactos-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-economia-brasileira/>. Acesso em 02 mar. 2025.

PALES, R. C.; SANTOS, G. R. Cidades médias-polo de Minas Gerais: caminhos e dinâmicas. **Revista observatorio de la economia latinoamericana**, v. 22, n. 2, p. 01-22, 2024.

PALES, R. C.; SANTOS, G. R.; CONDÉ, E. A. S. A polarização da educação no norte de Minas Gerais: um panorama sobre Montes Claros e as cidades de pequeno porte. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 9, p. 1-18, 2024.

PAULA, K. A.; FARIA, T. C. A. A interiorização dos campi das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e seus impactos no espaço urbano: um estudo de caso a partir da cidade de Viçosa-MG. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, e20190089, 2020.

PINHEIRO, Y. A.; KONDA, S. T.; BONINI, L. M. M. Impactos da pandemia Covid-19 na importação de fertilizantes para o agronegócio brasileiro. In: CARVALHO, A. C.; CASTRO, A. C. **Implicações socioeconômicas da Covid-19 no Brasil e no Mundo.** São Paulo: Científica, 2022.

PINHO, L. et al. Pandemia da Covid-19: Impactos à Renda e ao Aumento do Consumo de Alimentos Ultraprocessados. **Unimontes Científica**, v. 22, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2020.

PREISS, P. et al. Os sistemas agroalimentares e a crise Covid-19: é possível um cenário mais justo e equitativo? In: SANTOS, R; POCHMANN, M. (Org.) **Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas**. São Paulo: Alexa Cultura: São Paulo, 2020.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

ROSENGREN, E. S. **A look inside a key economic debate: how should monetary policy respond to price increases driven by supply shocks?** Federal Reserve Bank of Boston (Speech), Boston, maio 2011.

SANTOS, M. R.; FRANKLIN, A. H. C.; SOUZA, K. O. S. Inflação de alimentos e suas implicações na composição da cesta básica nos últimos quatro anos. **Ciências Sociais Aplicadas**, ed. 121, abr. 2023.

SCHNEIDER, S. et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. Impactos da Pandemia. **Estudos Avançados**, n. 34, v. 100, set./dez. 2020.

SILVA, N.; CAETANO, S. **Labor Supply and Demand Shocks in Brazil During Covid-19 Period**. set. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/WorkingPaperSeries/wps567.pdf>. Acesso em 03 dez. 2023.

SMABC. **Preços da cesta básica têm alta generalizada e pesam sobre mais pobres**. 2020. Disponível em: <https://smabc.org.br/precos-da-cesta-basica-tem-alta-generalizada-e-pesam-sobre-mais-pobres/>. Acesso em 03 dez. 2023.

SOYRES, F.; SANTACREU, A. M.; YOUNG, H. **Demand-Supply imbalance during the Covid-19 pandemic: The role of fiscal policy**. ago. 2022. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/econres/ifdp/files/ifdp1353.pdf>. Acesso em 22 nov. 2023.

TERRA, C. **Finanças internacionais: Macroeconomia aberta**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

UNIMONTES. **Índice de Preços ao Consumidor**. 2024. Disponível em: <https://unimontes.br/ipc/#1626674209953-0fc37ccf-29ca>. Acesso em 20 fev. 2024.

UNIMONTES. **Montes Claros teve aumento do custo de vida de 4,29% em 2023, aponta pesquisa do IPC/Unimontes**. Universidade Estadual de Montes Claros, 2023. Disponível em: <https://unimontes.br/montes-claros-teve-aumento-do-custo-de-vida-de-429-em-2023-aponta-pesquisa-doipc-unimontes/>. Acesso em 26 fev. 2025

UFV. **Boletim IPC**. Departamento de Economia. Universidade Federal de Viçosa. 2024. Disponível em: <https://dee.ufv.br/boletim-ipc/>. Acesso em 26 fev. 2025.

VASCONCELLOS, A. B. P. A.; MOURA, L. B. A. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n. 2, e00206816, 2018.